



Esta entrevista foi realizada por Eduardo Freitas, Tiago Rattes e Rodrigo Chaves de Mello, alunos do programa de pós-graduação em ciências sociais da UFJF.

*Caro professor Michel Löwy, antes de iniciarmos, gostaríamos de lhe agradecer por aceitar nos conceder esta entrevista. Em nome de CSOnline, nosso muito obrigado. As questões que compõe esta entrevista estão divididas, principalmente, em torno de dois eixos temáticos. O primeiro diz respeito à avaliação de conjuntura mundial, com especial ênfase para o caso latino americano. O segundo, menor, investe em questões teóricas acerca das relações entre marxismo e contemporaneidade.*

**Tiago Rattes:** Caro professor, tradicionalmente a esquerda na América Latina sempre foi avessa às instituições tidas como “burguesas”. Porém assistimos neste período de ascensão de governos populares de fortes características de esquerda como o de *Evo Morales* (Bolívia), *Hugo Chávez* (Venezuela) e *Lula* (Brasil) que tem como base de atuação a defesa de suas constituições como instrumento de mudança econômica e social. Como o senhor avalia este quadro no continente? O senhor acredita que este movimento é parecido com o que seguiu a esquerda europeia?

**Michel Löwy:** Devemos partir de um contexto sócio-histórico: dezenas de anos de políticas neoliberais, inspiradas pelo FMI e pelo Consenso de Washington, tiveram conseqüências desastrosas para os povos da América Latina: pobreza, desemprego, desmantelamento da previdência e dos serviços públicos, desigualdade social crescente, criminalidade em ascenso, corrupção galopante. Isto suscitou um vasto movimento de repulsa popular, protesto, indignação e

revolta, que tomou, em vários países, a forma de insurreições contra os governos neoliberais, que foram literalmente derrubados pela população no Equador, Argentina e Bolívia. Esta revolta se manifestou também no campo eleitoral, com a vitória de candidatos de esquerda, identificados como alternativa aos dramáticos impasses do neoliberalismo, na maioria dos países do continente. As exceções são o Peru, a Colômbia e o México - neste último caso, graças a uma evidente fraude eleitoral - cujos governos estão inteiramente submetidos à política de Washington e aos acordos de livre comércio inspirados pelo imperialismo Norte Americano. Estes três formam aquilo que o cineasta argentino Fernando Solanas chamava ironicamente de “Associação dos Países Ajoelhados”. Se quase todos os governos de esquerda compartilham alguns aspectos - por exemplo, salvo no Chile, a recusa da ALCA e dos acordos de livre-comércio com os Estados Unidos – existem diferenças notáveis entre eles: seria um equívoco considerá-los como um só bloco. Devemos distinguir pelo menos dois grupos bastante distintos: por um lado, aqueles que romperam com o neoliberalismo e com a oligarquia burguesa, optando por uma política antiimperialista e levantando a perspectiva histórica de um “socialismo do século 21”. É o caso, de formas diversas, de Hugo Chavez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Corréa no Equador. Por outro lado, governos de centro-esquerda, de corte “social-liberal”, isto é, mantendo em suas linhas fundamentais a ortodoxia econômica liberal, mas desenvolvendo políticas sociais de ajuda (limitada) aos setores mais pobres da população: é o caso do Chile (Bachelet), do Uruguai (Tabaré Vazquez) e do Brasil (Lula), claro, com diferenças entre si. Outros governos - o da Nicarágua, com Daniel Ortega, e o da Argentina, do casal Kirchner - estão em algum lugar entre estes dois grupos. No caso do Paraguai (Fernando Lugo) é ainda cedo para dar uma opinião. Se os governos de centro-esquerda tem algumas semelhanças com as experiências, aliás bastante decepcionantes, do social-liberalismo na Europa - Inglaterra, Itália, há alguns anos a Alemanha e a França - não é o caso dos de tendência antiimperialista, que não tem nenhum equivalente europeu, até agora pelo menos.

É difícil prever o que vai acontecer com estes governos, mas isto não vai depender apenas do que desejam Lula ou Chavez, mas também da mobilização social “pela base”, da capacidade dos pobres, dos indígenas, dos trabalhadores da cidade e do campo, das mulheres, dos educadores e dos estudantes, das correntes de esquerda anticapitalistas, de se organizarem e lutarem para mudar a correlação de forças e estabelecer uma nova hegemonia.

Não se trata portanto de discutir em abstrato se a esquerda deve ou não participar das instituições, mas como o faz, com que objetivo e com que resultados.

Eduardo Freitas: Em muitos trabalhos, artigos e entrevistas é latente a preocupação que o senhor tem frente aos acontecimentos na América Latina. Partindo da mesma preocupação nos dias 4, 5 e 6 de abril deste ano realizou-se o 2º Encontro Continental “*Pela Soberania nacional, contra os tratados de livre comércio e as Privatizações*” na cidade do México com a participação de 283 delegados de 8 países do continente americano (México, Estados Unidos, Brasil, Equador, Peru, Porto Rico, Guadalupe e Haiti) que coloca em um dos trechos finais de suas conclusões: *Diante dessa ofensiva, os povos dizem “basta!”, como demonstram os numerosos movimentos que se dão em todo o continente, greves, manifestações de rua, eleições etc. (...) os povos dizem “NÃO AOS TRATADOS DE LIVRE COMÉRCIO” que destroem as bases materiais da soberania e unidade das nações, que levam à negação de todos os direitos dos trabalhadores e povos.* Como o senhor avalia o problema da soberania em nosso continente e como essa luta está colocada para a ação direta dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores?

Michel Löwy: A luta contra a ALCA e os tratados de livre comércio é um combate decisivo para o futuro da América Latina, em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Importantes vitórias foram conquistadas nesta batalha, que uniu o conjunto das forças de esquerda, dos sindicatos, das Igrejas progressistas, dos movimentos sociais do continente, no enfrentamento com as diretrizes inspiradas por Bush e seus sócios latino-americanos. A soberania nacional pode ser uma primeira trincheira de resistência nesta luta, mas ela é um horizonte demasiado limitado, do ponto de vista estratégico. Em última análise a batalha só pode ser ganha através de uma unificação dos povos latino-americanos, dentro de uma perspectiva socialista. A análise de José Carlos Mariátegui em 1928 segue sendo válida: nos quadros do capitalismo, as nações da América Latina estão condenadas a serem semi-colônias do Império norte-americano. A única e verdadeira alternativa à dominação imperialista é uma Indo - América socialista. Temos então que pensar, e agir, como Bolívar em seu tempo, e Che Guevara no século passado, com uma visão *continental* do processo de libertação dos povos da América Latina - ou melhor, da Afro-Indo-América. A ALBA, Aliança Bolivariana das Américas, é um primeiro passo nesta direção. A América Latina é nossa Pátria Grande, mais além das fronteiras herdadas da colonização ibérica.

Eduardo Freitas: Em um artigo escrito pelo senhor em 1995 chamado “*A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*” o senhor corrobora com a premissa lançada por Mandel de que tal teoria desenvolvida por Trotsky foi a maior contribuição deste para o marxismo. Tendo tal lei o eixo principal de que *o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processo histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado* (Trotsky, Leon – *A História da Revolução Russa* vol.1 Editora Saga, 1967), como o senhor analisa o valor analítico da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado nos dias atuais frente a anunciada “falência” do marxismo como paradigma contemporâneo.

Michel Löwy: A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, tal como a articularam Leon Trotsky e Ernest Mandel, é um precioso instrumento de análise da realidade dos países do capitalismo periférico, e em particular, da América Latina. Ela parte da constatação de que o capitalismo é um sistema mundial, que toma formas diferentes nos centros industriais avançados e nos países da periferia, submetidos a dominação econômica imperialista. Nestes últimos, os processos de desenvolvimento sócio-econômico se dão por saltos e descontinuidades que de forma alguma reproduzem as etapas do processo de industrialização europeu. Como escreve Trotsky, os indígenas de uma tribo invadida por colonizadores europeus, logo passam a utilizar fuzis para se defenderem, não passam por todas as etapas que vão do arco e flecha até a descoberta da pólvora. Mas este desenvolvimento desigual *combina* formas modernas e arcaicas em um só processo sócio-econômico.

A teoria nos permite entender como, por exemplo no Brasil dos séculos XVIII e XIX, a produção capitalista de açúcar para o mercado internacional era inseparável de uma forma social pré-moderna e regressiva, a escravidão; ou no Brasil do século XX, como o capitalismo industrial o mais moderno se combinou com latifúndios social e economicamente retardados; e não se tratam de “dois Brasis” mas de um só, resultado desta unidade dialética do mais avançado com o mais atrasado; ou, no Brasil do século XXI, da articulação do agro-negócio capitalista com formas de exploração do trabalho “arcaicas”, como o trabalho semi-escravo.

Como toda teoria marxista, esta não é apenas um instrumento de análise da realidade, mas também um método de sua transformação revolucionária. Ela tem portanto implicações políticas importantes: da mesma maneira que as

formações sócio-econômicas da periferia combinam o moderno e o “arcaico”, as revoluções nestes países também são uma combinação, ou uma articulação, de tarefas históricas democráticas - reforma agrária, dissolução do latifúndio, fim das ditaduras, libertação nacional, democratização do Estado – e tarefas anticapitalistas, socialistas. Se trata do que Trotsky e Mandel designavam com o termo de “revolução permanente”. Foi o que se passou na Revolução russa, na Revolução chinesa, na Revolução cubana, e será provavelmente assim nas futuras revoluções na América Latina, que nunca serão, como se supõe que seria o caso nos países industrializados do centro capitalista, puras revoluções proletário-socialistas.

Rodrigo C. de Mello: O marxismo destacou-se entre os diversos paradigmas de explicação/construção do social por aliar, ao longo de seu desenvolvimento, teoria e prática. A partir da assertiva de Marx nas teses sobre Feuerbach, o marxismo foi lançado ao desafio de não somente interpretar o mundo, mas sim, de investir em sua transformação. Entretanto, alguns setores intelectuais acusam uma atual obsolescência do paradigma diagnosticando o fato de o marxismo não ter respondido adequadamente as transformações sociais e políticas que ao longo dos últimos 30 anos rearranjaram a arquitetura conjuntural global e redefiniram o jogo das correlações de força entre os diversos atores sociais. Para consolidar este diagnóstico, mobilizam como testemunha da derrocada do marxismo a redução do peso político do operariado industrial e o surgimento das classes médias urbanas - elemento a colorir a então bicolor estratificação entre proletários e burgueses; a emergência de movimentos de contestação social não catapultados pelos setores proletários – revoltas estudantis de 68, movimentos hippie, antinucleares, feministas, ecológicos e etc.; e principalmente, a queda do sistema socialista soviético. Em face disto, como o senhor visualiza a atual situação teórica do marxismo? O paradigma tem conseguido renovar-se no objetivo de oferecer respostas aos novos desafios empíricos? Em quais sentidos e direções estas renovações apontam?

Michel Löwy: Um certo tipo de marxismo, de corte positivista e dogmático, transformado em ideologia de Estado pela burocracia dirigente dos assim chamados países do “socialismo real” (a começar pela URSS) entrou em profunda crise com a queda - ou conversão ao capitalismo - destes regimes a partir de 1989. Mas o marxismo vivo, aquele que inspirou Rosa Luxemburgo e Trotsky, Lukács e Gramsci, José Carlos Mariátegui e Farabundo Martí, Walter

Benjamin e Ernst Bloch, Ernesto Che Guevara e os teólogos da libertação, nos da, em sua diversidade, pontos de partida para entender o mundo de hoje.

É verdade que o peso econômico e político do operariado industrial se reduziu; mas ao mesmo tempo se observa, como bem o mostrou Ernest Mandel em seus trabalhos, um processo de proletarização dos setores de serviços e do trabalho intelectual, que faz com que a classe trabalhadora, no sentido amplo - isto é, aquela parte da população que vive da venda de sua força de trabalho - nunca foi tão numerosa. Por outro lado, tem se desenvolvido vários movimentos sociais que correspondem a categorias sociais que não são classes, mas que sofrem de formas de opressão e discriminação brutais: as mulheres, as populações de cor, as minorias sexuais e outros grupos de parias e excluídos. O desafio para o marxismo é integrar em sua reflexão teórica e programática as legítimas reivindicações destas camadas sociais: o socialismo do século XXI será feminista e anti-racista, ou não existirá. Na América Latina existe um outro movimento social que foi muitas vezes ignorado por uma esquerda economicista, que só conhecia a fábrica e o sindicato: o dos camponeses e indígenas, hoje em dia na vanguarda das lutas sociais e políticas anticapitalistas, no Brasil, na Bolívia, no México. É verdade que José Carlos Mariátegui, o fundador do marxismo na América Latina, já havia percebido, desde 1927, a importância decisiva dos camponeses/indígenas para as revoluções sociais em nosso continente.

O marxismo não é um paradigma fechado, um sistema de “verdades científicas” estabelecidas de uma vez por todas, um catálogo de “leis econômicas” (ou históricas, ou políticas) invariáveis, mas um método dialético, humanista/historicista, de análise e transformação da realidade - uma realidade em constante transformação, que obviamente não é a mesma no século XXI que na época de redação do *Capital*. Isto não impede que a sociedade em que vivemos ainda seja capitalista - na realidade, a dominação planetária do capital é muito maior hoje em dia do que nos tempos de Marx e Engels - baseada na exploração, na dominação e na guerra.

Rodrigo C. de Mello: Nos últimos anos, um significativo setor da teoria social vêm revisitando os escritos de juventude de Marx, que, desde as interpretações althusserianas

acerca da cesura epistemológica, encontravam-se acantonados. Entre outros autores, citaria como exemplos recentes desta empreitada, Antonio Negri, principalmente no livro *O poder constituinte – ensaios sobre as alternativas da modernidade*, e Miguel Abensour, com o seu *A Democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano*. Estes autores enxergam nestes escritos juvenis possibilidades, tanto teóricas quanto práticas, para repensarmos a democracia (vista neste prisma como o próprio movimento de ontologia do social) e redefinirmos novos sujeitos sociais (por exemplo, a polêmica noção negriana de “Multidão”). Como o senhor - um destacado crítico de Althusser - avalia este movimento teórico?

Michel Löwy: Acho interessante a teoria de Toni Negri sobre o poder constituinte, como força social permanente de transformação revolucionária das instituições “pela base”; sou mais reservado em relação ao conceito de “Multidão”, mais Spinozista do que marxista; acho pouco produtivo substituir a análise das classes sociais e seus conflitos por uma abstração filosófica um pouco vaga.

Quanto a Abensour, acho muito convincente sua leitura do Manuscrito de 1843 de Marx - a *Critica da filosofia do estado de Hegel* - desde uma perspectiva anti-estatista. Contra o hegelianismo, o jovem Marx descobre na “verdadeira democracia” o combate da sociedade que se opõe a separação de sua expressão política em forma de poder de Estado. Como o constata Abensour, é uma perspectiva “libertaria” que volta a aparecer em vários escritos posteriores de Marx, em particular acerca da Comuna de Paris, uma forma nova de poder político, que já não era um poder “estatal”.

A tentativa de Althusser de rejeitar, em nome da “ciência marxista” o conjunto da obra do jovem Marx no purgatório do “idealismo hegeliano” era bastante estéril. A riqueza teórica e revolucionária dos escritos de juventude é inesgotável, como o demonstram estes recentes trabalhos.

Isto dito, não é falso apontar nas “Teses sobre Feuerbach” de 1845 um ponto de partida decisivo: como o apontava Engels, ao publicar este texto inédito após a morte de seu autor, se trata do “germe genial de uma nova concepção do mundo”. Em ruptura tanto com o idealismo neo-hegeliano quanto com o materialismo anterior, a *filosofia da praxis* de Marx inaugura uma nova forma de pensar e de agir.

Rodrigo C. de Mello: Quais suas expectativas quanto aos desenvolvimentos futuros do marxismo?

Michel Löwy: Pessoalmente sou favorável a um desenvolvimento visando *aprofundar a ruptura do marxismo com os paradigmas da civilização (capitalista) moderna*. Já Walter Benjamin, em seu *Passagenwerk* inacabado, propunha uma reformulação do marxismo de forma a libertá-lo de qualquer influência do positivismo e da ideologia burguesa do “Progresso”.

Em relação íntima com a questão do “progresso”, é preciso rediscutir, do ponto de vista ecológico, a questão do “desenvolvimento das forças produtivas”. Em outro texto de Marx ou de Engels, aparece a idéia de que a revolução é o resultado da contradição entre a expansão das forças produtivas e o obstáculo que representam as relações de produção capitalistas (propriedade privada, etc.); nesta perspectiva, o socialismo seria, antes de tudo, a eliminação destes obstáculos, permitindo assim o livre e ilimitado desenvolvimento das forças produtivas. Me parece que a ecologia nos obriga a questionar seriamente esta visão do futuro, que tende a ignorar os limites naturais do planeta.

Em oposição a esta visão das forças produtivas como instrumento neutro, deveríamos nos inspirar nos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris: o aparelho de Estado burguês não pode ser apropriado, enquanto tal, pelo proletariado, e posto a funcionar a seu serviço; ele deve ser “quebrado” e substituído por um outro, de tipo radicalmente diferente – um poder político não estatal. O mesmo se aplica, *mutatis mutandis*, ao aparelho produtivo capitalista: os trabalhadores não podem se apropriar dele simplesmente, mas devem transformá-lo radicalmente - em alguns casos até “quebrar” - em função de critérios humanos (condições de trabalho) e ecológicos: a preservação do meio ambiente. Isto significa, antes de tudo, uma “revolução energética”, com a substituição progressiva das fontes de energia poluidoras e destrutivas - carvão, petróleo, energia nuclear - por outras renováveis e favoráveis à natureza: vento, sol...

Para mim o grande desafio para o marxismo no século XXI é integrar a questão ecológica. É o que tenta fazer o *ecosocialismo*, uma corrente de pensamento e de ação que se reclama ao mesmo tempo da defesa ecológica do meio ambiente e da análise marxista do capitalismo. Para os ecosocialistas, a lógica do mercado



e do lucro capitalistas conduzem a destruição dos equilíbrios naturais, com conseqüências catastróficas para a humanidade. Em ruptura com a ideologia produtivista do progresso - em sua forma capitalista e/ou burocrática - e em oposição a expansão ilimitada de um modo de produção e de consumo incompatível com a proteção da natureza, esta corrente propõe uma alternativa radical ao modelo de civilização dominante. A racionalidade estreita do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditório com uma racionalidade ecológica que toma em consideração a temporalidade longa dos ciclos naturais. Não se trata de opor os “maus” capitalistas ecocidas aos “bons” capitalistas verdes: é o próprio sistema, baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido, que é destruidora do meio ambiente. Uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo é necessária, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população - e não as “leis do mercado” ou um *Bureau* Político autoritário - decide, democraticamente, as prioridades e os investimentos. Esta transição conduziria não só a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um *modo de vida alternativo*, uma *nova civilização*, ecosocialista, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade, e da produção ao infinito de mercadorias inúteis.

Professor Michel Löwy, mais uma vez, em nome de CSOnline, gostaríamos de lhe agradecer por esta entrevista.